

Sexta-feira, dia 01 de junho de 2012

## Sintego intervém e reverte teor do projeto de lei na Assembleia. Acordo está garantido

O Sintego garantiu o reajuste de 9% para os professores PIII, PIV e aposentados, como firmado com o governo, em abril. O projeto de lei da governadoria que consolida o acordo foi aprovado na tarde desta quinta-feira (31), pela Assembleia Legislativa. O projeto vai agora para a sanção do governador.

Contrariando a negociação feita com o Sintego, o projeto foi enviado para votação apenas na última segunda-feira e com previsão de pagamento só em junho, sem retroatividade. Após pressão do sindicato, a proposta foi modificada e o reajuste será pago em junho, mas retroativo a maio. Outra mudança incluída pelo Sintego foi a incorporação da gratificação de



formação continuada de 10% para efeito de aposentadoria.

“O descumprimento por parte do governo não poderia ter acontecido, não tem justificativa, e deixou a categoria bastante revoltada, mas graças a nossa intervenção, conseguimos reverter e

garantir os pontos negociados. A partir de agora nosso estado de alerta aumentou”, comentou a presidenta do Sintego, Iêda Leal.

Amanhã (01), a direção estadual do Sintego fará uma reunião de avaliação, quando serão definidas as ações a serem tomadas.

## Administrativos da Seduc recebem resíduo da data-base

Durante sete anos, os servidores administrativos da Seduc ficaram sem receber a data-base. No processo de negociação com o governo, ocorrido no período da greve, o Sintego conseguiu incluir esses servidores no acordo e as reivindicações dos trabalhadores administrativos foram garantidas.

O valor líquido (descontados os encargos sociais) da primeira parcela de 1,68%, retroativa a maio de 2011, foi depositado no último dia 9, e na folha de maio, paga nessa quarta-feira (30), foi



lançado o valor bruto (incluídos os encargos sociais) e descontado o adiantamento líquido do dia 9 de maio.

Desta forma, por exemplo, o servidor com direito à data-base acumulada no período de R\$

396,34, recebeu como adiantamento no dia 9 de maio, R\$ 329,34 (valor líquido, sem os encargos).

No contra-cheque de maio veio o valor bruto (incluídos os encargos sociais) e, na coluna de vantagens, está registrado: dif. de dt. base – rr R\$ 396,30 (valor bruto com encargos); e na coluna de desconto, adiant. de sala. R\$ 319,34 (valor líquido, sem os encargos). A diferença entre os dois valores é o resíduo que o servidor ficou sem receber.

## Votação do PNE fica para junho

A votação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi adiada mais uma vez na Câmara dos Deputados. Devido ao feriado de Corpus Christi na próxima semana, os parlamentares da Comissão Especial responsável por analisar o Projeto de Lei 8035/10 definiram os dias 12 e 13 de junho como prováveis datas para se pronunciarem sobre a matéria. Na sessão desta quarta-feira (30), o relator Angelo Vanhoni causou polêmica ao afirmar que não vê necessidade de um investimento de 10% do PIB em educação.

A votação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi adiada mais uma vez na Câmara dos Deputados. Devido ao feriado de Corpus Christi na próxima semana, os parlamentares da Comissão Especial responsável por analisar o Projeto de Lei 8035/10 definiram os dias 12 e 13 de junho como prováveis datas para se pronunciarem sobre a matéria.

Na sessão desta quarta-feira (30), o relator da matéria, deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR), deu continuidade à leitura de seu relatório final. Contrariando a bandeira da CNTE, das demais entidades da sociedade civil e de vários parlamentares da comissão, Vanhoni chegou a afirmar que não vê necessidade de uma reserva de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para investimentos em educação. “Eu acho que os 7,5% são suficientes para enfrentar os problemas estruturantes da educação brasileira. A bandeira dos 10% é muito mais política”, disse o petista. Apesar de sua posição, Vanhoni afirmou que uma nova discussão deverá ser feita com autoridades do governo para debater o assunto.

O Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Heleno Araújo Filho, critica a posição do parlamentar. “O relator seguiu a mesma linha de declaração do ministro da Educação. Nós entendemos que há um equívoco neste pensamento. Existe uma demanda social muito grande para a área de educação. Nós temos 14 milhões de pessoas que ainda não foram alfabetizadas, temos um contingente grande de analfabetos funcionais. Na própria Educação Básica, em nenhuma etapa temos 100% de inserção na idade certa de estar na escola. Então há uma necessidade de um investimento maior sim, para garantir o acesso, a permanência e a qualidade”, avalia.

Segundo Heleno, é impossível alcançar esses objetivos sem ter profissionais valorizados, uma política de formação continuada e escolas com boa estrutura. “Claro que isso exige mais recursos, mais investimentos. Por isso continuamos afirmando que 10% são o patamar necessário para melhorar a educação em nosso país. Não é apenas uma bandeira política como coloca o deputado Angelo Vanhoni”, finaliza.

O investimento de 10% do PIB na área educacional é defendido pelas organizações da sociedade civil desde a década passada. No final de 2011, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação reuniu vários argumentos favoráveis ao pleito, com base nas notas explicativas e planilhas de custos apresentadas pelo Ministério da Educação, e apresentou a nota técnica “Por que 7% do PIB para a educação é pouco?”.

Fonte: CNTE

## Encontro debate políticas públicas para mulheres negras

A presidenta do Sintego, Iêda Leal, participou do II Encontro Estadual de Mulheres Negras, realizado em Goiânia, no último dia 26. O evento é resultado das ações dos projetos Caravana Minas do Rosário – Mitos do Brasil Central, e do Ifarabé – Resistência e Direitos Humanos em Goiás. Na abertura, foi lançada a Plataforma Política das Mulheres Negras de Goiás.

Representando o Centro de Referência Negra Iêda, falou sobre História da África e da Cultura Afro-Brasileira, temática incluída no currículo oficial da Rede Estadual de Ensino por meio da Lei 10639/03.

“A lei é uma conquista importante porque, ao discutir a história e a cultura verdadeiras, nós esclarecemos a população e fortalecemos a luta contra o preconceito. Apesar de estar em vigor, infelizmente, é preciso pressão sobre o poder público para que ela seja efetivada”, disse.

Iêda falou também sobre a violência contra a mulher e chamou a atenção para a necessidade da vítima denunciar o agressor como “única forma de fortalecer a Lei Maria da Penha e acabar com os índices vergonhosos de mulheres agredidas”.

O Encontro teve como objetivo o fortalecimento das Redes Estadual e do Centro-Oeste de Mulheres Negras, das Associações Quilombolas de Goiás, em relação às políticas públicas para mulheres, direitos humanos e de promoção da igualdade racial.

### Expediente

Presidenta: Iêda Leal .

Secretaria de Imprensa e Divulgação: Ugo Giannotti .

Jornalista: Nara Serra - GO 1845 JP . Diagramação: Luciana Quixabeira